

Editorial

Apresentação do número temático: Privatização e mercantilização da Educação Brasileira – da denúncia à resistência

Ao encerrar o conjunto de publicações previsto para o ano de 2022, a Revista *Pesquiseduca* dá prosseguimento ao seu compromisso de publicar números temáticos, na forma de Dossiês, que reúnam uma seleção de textos capaz de tratar de um tema candente e atual, da área da Educação, de acordo com os seguintes critérios: relevância acadêmica, política e social da temática; autores que possuam liderança e produção reconhecida em seus campos de atuação e pesquisa; diversidade geográfica e institucional; contribuição de autores internacionais; rigor teórico-metodológico dos artigos.

O presente Dossiê, intitulado *Privatização e mercantilização da Educação Brasileira – da denúncia à resistência*, tem o objetivo de publicar artigos que aprofundem a pesquisa e divulguem a produção sobre o tema em tela, no cenário nacional e internacional. A responsabilidade de organização do Dossiê coube às professoras Doutoras Maria Isabel de Almeida, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos (UniSantos), Claudia Dourado de Salces, da Rede Municipal de Ensino de Valinhos/SP, e Renata Nassralla Kassis, da Universidade Federal de São Paulo.

Tem se difundido, no Brasil e em outros países das Américas, o ideário de que a educação não tem apresentado bons resultados devido, especialmente, a problemas de gestão e falta de controle sobre os gastos públicos. Essa crença equivocada e, por vezes, acriticamente aceita pela opinião pública, além de reforçar uma concepção míope de qualidade da educação, gera uma postura de vigilância sobre professores e estudantes, que é exercida principalmente pelo Estado, por meio de avaliações padronizadas de larga escala, políticas de responsabilização docente e de bonificação por resultados,

estimulando a competição e a concorrência nos meios educacionais.

Sequestrando e subvertendo, de acordo com princípios neoliberais e os interesses do grande capital, bandeiras de luta ligadas ao direito à educação, tais como a formação de educadores e a democratização da gestão educacional e do currículo, empresários, economistas e administradores, dos setores público e privado, têm proposto e implementado formas de gestão empresarial na educação pública, em seus diferentes níveis e modalidades, sem debate suficiente com educadores, comunidades escolares e acadêmicas. Fazem isso com o apoio da mídia de massa e a divulgação de pesquisas por eles produzidas, financiadas e avaliadas, que reforçam, no senso comum, crenças e práticas da sociabilidade neoliberal.

Ocorre que a qualidade da educação não pode ser mensurada por critérios de concorrência, o que é típico das empresas, onde se busca ganhadores e perdedores, e não de escolas e universidades, que visam a formação humana.

Na prática, o modelo de educação empresarial repropõe, sob novas roupagens, um currículo tecnicista, instrucionista e memorístico, com a intenção de que os estudantes possam reter informações que serão solicitadas nas avaliações externas censitárias, apoiado na falsa ideia de que quanto mais pontos se conquista nesses exames, mais qualidade terá a educação de uma escola ou de um sistema de ensino.

O direito à educação é confundido, no interior dessa lógica, com “dever de aprendizagem”, e serve aos empresários da educação para a composição de materiais, como apostilas e instrumentos digitais, e de planos de formação, assessoria e gestão, que são “empacotados” e vendidos como “sistemas de ensino” para redes públicas e privadas de educação. Nessa esteira, grandes grupos privados têm feito lobbies junto a governos e detentores do poder para influenciar decisões de políticas públicas visando, ao lado de disseminar essa ideologia mercantil de qualidade da educação, auferir altos lucros com empreendimentos educacionais que estão sendo cotados em bolsas de valores.

Em consequência, a organização do trabalho docente tem sido subordinada à reorganização de políticas educacionais conduzidas pelos governos brasileiros que têm sido submissos às pressões de organismos multilaterais. A formação de educadores, por sua vez, tem tido forte marca disciplinar, voltada predominantemente para a difusão de conhecimentos que não se coadunam, na maioria das vezes, com a realidade dos educandos. Isso se traduz em uma sucessão de reformas educacionais e num discurso que desvaloriza o público e valoriza o privado.

É urgente a reorientação desse modelo de organização de currículo e de formação de educadores, com base em paradigmas de educação que tenham, no horizonte, a utopia de uma educação humanizadora e de uma escola democrática, na qual os

educandos possam aprender a ler o mundo criticamente, com a perspectiva de uma sociedade com mais solidariedade e justiça social.

Apostamos, pois, na defesa da educação pública e com qualidade social como direito de todas e todos.

Os artigos selecionados para compor esse número temático da Revista *Pesquiseduca*, estão agregados em torno do tema da privatização e da mercantilização da educação, e distribuídos nos seguintes eixos: *Os impactos das políticas de privatização e mercantilização na educação brasileira* (4 primeiros artigos) e *Desdobramentos das políticas públicas neoliberais no campo educacional* (7 artigos seguintes), são produções que procedem de diferentes espaços e instituições do território nacional e internacional. Alguns dos artigos dão ênfase a fundamentos e análises teóricas, enquanto outros apresentam, também, resultados de investigações empíricas. Destaque-se, como positivo, a presença de artigos que são derivados de dissertações e teses, em coautoria com os orientadores desses trabalhos.

Dentro do conjunto de textos deste número temático, embora com vinculações teóricas diversas, há vários autores que têm, em comum, a preocupação com perspectivas emancipatórias e críticas de justiça e igualdade social. Outros focam diferentes significações de discurso, para pôr em questão as relações de poder que envolvem tensões e embates atinentes aos campos da formação de professores e do currículo.

A organização desse dossiê permitiu receber artigos de autores nacionais filiados a 9 grupos de pesquisa certificados pelas suas Universidades e registrados na base de dados do Diretório de Pesquisas do CNPq, a seguir mencionados: Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social (GEPECS) - Unicamp, Grupo de Estudos Poder Político, Educação e Lutas Sociais - UNB, Grupo em economia política da educação e formação humana (GEPEFH) - UFSCar, Coordena o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) - UFMG, Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Formação e Atuação de Educadores (GRUFAE) - UFES, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Educadores (GEPEFE) - USP, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Escola Pública, Infâncias e Formação de Educadores (GEPEPINFOR) - UNIFESP, Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação - UniSantos, Grupo de Pesquisa Instituições formadoras, políticas educacionais e organização do trabalho docente - UniSantos.

O conjunto de textos inclui 11 artigos e 1 entrevista que serão a seguir apresentados, foi elaborado por autores vinculados a instituições de ensino e pesquisa situadas em São Paulo, Espírito Santos, Paraíba, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Viña del Mar, no Chile.

Na primeira parte, os quatro artigos destinam-se a analisar os impactos das po-

líticas de privatização e mercantilização da educação brasileira.

A financeirização da educação brasileira e seus impactos, de Ladislau Dowbor e Beatriz de Azevedo Blandy, da PUC-SP, abre o primeiro bloco de quatro textos deste Dossiê. No artigo, os autores analisam a crescente privatização dos serviços educacionais, descrevendo esse processo a partir do crescimento do acesso ao Ensino Superior nas últimas décadas, e alcançado sua fronteira mais recente, a Educação Básica. O artigo explora as marcas e transformações na educação brasileira geradas pelos movimentos de financeirização.

Madalena Guasco Peixoto, da PUC-SP, no artigo *O domínio do capital aberto na educação brasileira: o projeto ultraliberal da educação*, apresenta características e elementos históricos que embasam o processo de privatização da educação brasileira, destacando-se o período atual. Com base em dados do Censo da Educação Superior, de 1997 a 2005, a autora analisa políticas públicas voltadas para a construção de uma educação democrática, explicitando contradições e possibilidades presentes nos documentos que registram tais políticas.

Valdete Côco e André da Silva Mello, da UFES, no artigo *Privatização e mercantilização na educação infantil: diálogos sobre a oferta nas redes pública e privada*, abordam processos de privatização e mercantilização da educação, na Educação Infantil, em diálogo com a formação inicial de professores. Os resultados da pesquisa conduzida pelos autores evidenciam a necessidade de enfrentamento de uma sociedade sugestionadora da valorização do setor privado, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, comprometida com as necessidades das crianças pequenas.

Sergio Andrade de Moura, da UFPB, e Dalila Andrade de Oliveira, da UFMG, no artigo *Privatização da educação no Estado da Paraíba: uma análise das políticas no contexto da NGP*, analisam um conjunto de tecnologias políticas que foram adotadas na reforma educacional promovida na Paraíba, a partir início dos anos 2010. O estudo conclui que as tecnologias empregadas têm inserido a racionalidade do mercado na educação pública, promovendo a privatização da rede de ensino do estado da Paraíba e fortalecendo a regulação do trabalho docente em um ambiente atravessado pela performatividade.

Inaugurando o segundo bloco de textos do Dossiê, que trata dos desdobramentos das políticas públicas neoliberais no campo da educação, o artigo *Reverberações das políticas neoliberais na educação e a necessária busca de outros caminhos*, de autoria de Maria Isabel de Almeida, da UniSantos, Claudia de Salces, da RME de Valinhos/SP, e Renata Nassralla Kassis, da UNIFESP, discute o embate entre as visões neoliberal e progressista de educação, no bojo das reformas no campo da formação de professores, e suas reverberações na escola pública. As autoras apontam que o espraia-

mento da lógica econômica na educação vem fazendo com que esta perca seu estatuto de direito, e passe a ser negociada como mercadoria.

Marijane Zanotto, da Unioeste, e Marise Ramos, da UERJ, são autoras do artigo *Formação e trabalho docente sob a lógica da BNCC: a dissolução do sentido da educação escolar?* No texto, as pesquisadoras discutem as relações entre as atuais regulamentações da formação de professores e a reforma do ensino médio em curso, a fim de demonstrar que se trata de um projeto que conjuga privatismo e gerencialismo de um lado e esvaziamento de conteúdos de ensino de outro.

Ecos da necropolítica neoliberal sobre o currículo na Educação Básica e na Educação Superior é o título do artigo de Cristina d'Ávila, UFBA, e Edmea Santos, da UFRRJ. No texto, as autoras fazem a crítica ao ideário do currículo por competências, presente na BNCC e nas atuais Diretrizes curriculares para os cursos de Licenciatura. Tal lógica induz à compreensão do professor como um profissional técnico e serve a interesses de empresários capitalistas alinhados às recomendações de organismos multilaterais para a educação. Denuncia-se, portanto, a estratégia homogeneizadora de currículo que tolhe capacidades de pensar e agir criticamente.

Sob nova direção: trabalho docente e privatização, é o artigo de Carolina Catini, da Unicamp, e João Francisco Migliari Branco, da USP. Trata-se de um estudo acerca das profundas alterações que a privatização da educação estatal provoca no exercício do trabalho docente das redes básicas de ensino. Com base em pesquisa empírica com docentes de escolas nas quais se desenvolvem trabalhos terceirizados, analisa-se criticamente como a apropriação privada da gestão da educação se reflete na expropriação da política e nas mudanças na divisão do trabalho, provocadas pela centralidade da avaliação e da seletividade permanentes.

O artigo *Carreiras Docentes, Neoliberalismo e a Nova Gestão Pública na América Latina*, de autoria de Víctor Manuel Figueroa Farfán, da UNAB-Viña del Mar, e Júlio Emílio Diniz-Pereira, da UFMG, problematiza a imersão da educação em um novo ciclo de privatização, em que instituições de ensino são colonizadas por meio da chamada Nova Gestão Pública (NGP). Os autores discutem as consequências trazidas pela implantação da NGP no estabelecimento de carreiras docentes, na América Latina, reguladas por políticas e práticas de promoção da meritocracia individual, avaliação padronizada de larga escala e *accountability*.

Everton Henrique Eleutério Fargoni e João dos Reis da Silva Júnior, da UFSCar, e Afrânio Mendes Catani, da USP, são autores do artigo *A ciência no contexto neoliberal brasileiro*. O artigo analisa o estado atual da ciência brasileira diante das políticas neoliberais que avançaram no país desde a implementação da Reforma do Aparelho do Estado. Revisa como o modelo econômico neoliberal foi adotado no Brasil e discute

suas implicações para a sociedade civil nacional. Apresenta as proposições econômicas do Consenso de Washington e finaliza com notas sobre o neoliberalismo aqui vigente, cruzando com questões factuais.

Do Humanismo Crítico ao Neoliberalismo Pedagógico: Caminhos de Resistência, escrito por Maria Amélia Santoro Franco e Guadalupe Corrêa Mota, da Unisantos, discute como a proposta do humanismo pedagógico se estruturou no decorrer do século XX e quais as possibilidades dessa pedagogia, agora, no século XXI, em contraponto a todo avanço da lógica neoliberal que impôs à educação e suas práticas o primado do mercado e do lucro. As autoras apontam a pedagogia crítica humanista como forma de resistência aos avanços da racionalidade mercadológica sobre a educação, e tecno-cientificismo dominante no século XXI.

Fechando o conjunto de textos do Dossiê, a entrevista com Ricardo Luiz Coltro Antunes, da Unicamp, concedida à Alda Torres, do IFECT-SP, Claudia de Salces, da RME de Valinhos/SP, Maria Isabel de Almeida, da Unisantos, e Renata Kassis, da UNIFESP, destaca o tema *Trabalho e o trabalho docente sob a égide do neoliberalismo*. Na entrevista, os pesquisadores discutem como o capitalismo atual, e o “capitalismo de plataforma”, vêm intensificando a exploração da força de trabalho de profissionais de diferentes áreas e suprimindo direitos adquiridos. Como possibilidade de resistência aponta-se a importância dos movimentos e de lutas sociais em defesa da *res publica*.

Diante das ricas contribuições e de olhares críticos, diversos e acurados dos autores dos textos que compõem esta edição, agradeço muitíssimo a todos e todas que colaboraram para a publicação de cada um dos números da Revista Pesquiseduca, em 2022, e desejo a autores, avaliadores e leitores um 2023 com sucesso, realizações e produções em prol da luta cotidiana e coletiva por uma sociedade mais justa e democrática.

Santos, março de 2023

Alexandre Saul

Coordenador do PPGE da Unisantos
Editor-Chefe da Revista Pesquiseduca